NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO(X) BAIXO( )

01) Assinale a alternativa INCORRETA:

A) apesar das controvérsias doutrinárias, a ordem jurídica brasileira contempla a categoria contratos administrativos;

B) somente a União pode legislar sobre normas gerais de contratos administrativos;

C) o Poder Público pode alterar unilateralmente o contrato administrativo, respeitados os direitos do contratado;

D) a legislação reguladora dos contratos administrativos contempla hipótese de aplicação do postulado da "exceção do contrato não cumprido".

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO( ) BAIXO(X)

02) Assinale a alternativa CORRETA:

A) os atos da Administração Pública podem ser regulados por regime jurídico de direito privado ou por regime jurídico de direito público;

B) a escolha do regime jurídico aplicável a cada ato praticado pela Administração Pública cabe ao agente competente;

C) o princípio da horizontalidade está na base da construção do regime jurídico-administrativo;

D) na atuação da Administração Pública, a supremacia do interesse público sobre o particular depende de anuência legislativa ou jurisdicional.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO(X) BAIXO( )

03) Assinale a alternativa CORRETA:

A) a fabricação e comercialização de alimentos caracteriza-se juridicamente como serviço público impróprio;

B) a delegação de serviço público mediante autorização pressupõe licitação e contrato administrativo;

C) A concessionária de serviço público pode ser uma pessoa jurídica de direito público ou de direito privado;

D) O Poder Público, titular do serviço público concedido ao particular, fixará a taxa a ser exigida dos usuários.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO( ) BAIXO(X)

04) Assinale a alternativa INCORRETA:

A) no direito brasileiro é possível (juridicamente válido) a prática de atos administrativos por um magistrado;

B) a presunção de veracidade do ato administrativo inverte o ônus da prova em desfavor da Administração Pública;

C) os efeitos jurídicos da revogação e da anulação dos atos administrativos são distintos;

D) um ato administrativo com vício de finalidade não pode ser convalidado.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO(X) BAIXO( )

05) Assinale a alternativa CORRETA:

A) a função social da propriedade, imposição constitucional, autoriza a fixação, para o proprietário, de obrigações de fazer e de não fazer;
B) os imóveis tombados não podem ser alienados, salvo se o Poder Público autorizar a operação;
C) a retrocessão transforma a desapropriação indireta em servidão administrativa;
D) a sociedade de economia mista que explora serviço público sujeita-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações tributários.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO(X) MÉDIO( ) BAIXO( )
06) Assinale a alternativa CORRETA:
A) as entidades da Administração Indireta são dotadas de personalidade jurídica de direito privado;
B) as entidades da Administração Indireta estão hierarquicamente subordinadas à Administração Direta;
C) o órgão público pode ser definido como uma unidade, dotada de personalidade jurídica própria, que reúne competências exercidas por agentes públicos com a finalidade de expressar a vontade do Estado segundo as definições da ordem jurídica;
D) para que o ato de alguém seja imputado à Administração Pública é preciso, no mínimo, a aparência de que o agente está investido de poder jurídico.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO(X) BAIXO( )
07) Assinale a alternativa INCORRETA:
A) em matéria de responsabilidade civil do Estado, a Constituição de 1988 consagrou a teoria do risco integral;
B) a responsabilidade civil do Estado, na modalidade atualmente em vigor, admite causas excludentes;
C) a responsabilidade civil do agente público, realizada em ação regressiva, caracteriza-se como subjetiva;
D) a responsabilidade civil do Estado estende-se às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO(X) BAIXO( )
08) Assinale a alternativa INCORRETA:
A) nas hipóteses legais de dispensa de licitação, a Administração Pública pode realizar o certame;
B) nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, a Administração Pública pode realizar o certame desde que exista prévia autorização legislativa;
C) o pregão é uma modalidade de licitação não prevista originalmente na Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n. 8- 666, de 1993);
D) encerrado o procedimento, com a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, a licitação pode ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO(X) MÉDIO( ) BAIXO( )

09) Analise o seguinte ato administrativo: O Governador do Estado baixou Decreto desapropriatório, declarando a utilidade pública de um imóvel, para fins de construção de obra pública, tendo em vista a necessidade de alargamento de rodovia estadual. Quanto aos elementos de validade do ato administrativo, é INCORRETO afirmar:

A) "declarando a utilidade pública de um imóvel" é o objeto.
B) " Decreto é a forma".
C) " necessidade de alargamento de rodovia estadual" é a finalidade.
D) " Governador do Estado" é a competência.

NÍVEL DE DIFICULDADE: ALTO( ) MÉDIO( ) BAIXO(X)

10) Assinale a alternativa CORRETA:

A) o direito administrativo é contemporâneo do Estado de Direito da Idade Média;
B) o conteúdo do direito administrativo permaneceu praticamente o mesmo ao longo dos dois últimos séculos;
C) a preocupação em restringir a discricionariedade administrativa está presente na Constituição de 1988;
D) a Constituição de 1988 introduziu o sistema da dualidade de jurisdição.

GABARITO DO SIMULADO 32

01) B	**06) D**
02) A	**07) A**
03) C	**08) B**
04) B	**09) C**
05) A	**10) C**